

PROCESSO Nº: 108 / 2022

Processo: 108 / 2022

Data de entrada: 28 de Novembro de 2022

Autor: Chefe do Executivo

Ementa: VETO INTEGRAL ao Projeto de Lei nº 354/2020, de autoria da Vereadora Júlia Arruda, que "Dispõe sobre prioridade às pessoas com acromatose (albinismo) na marcação de consultas e no atendimento por médicos dermatologistas e oftalmologistas e dá outras providências", conforme mensagem nº 132/2022.

Despacho Inicial:

NORMA JURÍDICA



PREFEITURA DO
NATAL

AO SETOR LEGISLATIVO

Em, 07 / 12 / 2022

uu
Flávio Fonseca de Assis
Chefe de Gabinete da Presidência

MENSAGEM Nº. 132/2022

Processo 108 de 2022

GMN - PROCESSO
Nº 132/22
FOLHA 02 de 02

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL

Palácio Padre Miguelinho
Gabinete da Presidência

Recebido em, 28 / 11 / 22

Hora: 10 horas

A Sua Excelência o Senhor
PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE
Presidente da Câmara Municipal de Natal

Em 28 de novembro de 2022.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1.º do art. 43 da Lei Orgânica do Município de Natal, decidi vetar integralmente o **Projeto de Lei n.º 354/2020**, de autoria da Vereadora Júlia Arruda, aprovado na sessão plenária realizada no dia **26 de outubro de 2022** e recebido pelo Gabinete Civil desta Municipalidade na data de **04 de novembro de 2022**, em que “Dispõe sobre prioridade às pessoas com acromatose (albinismo) na marcação de consultas e no atendimento por médicos dermatologistas e oftalmologistas e dá outras providências.”, pelas **RAZÕES DE VETO INTEGRAL** adiante explicitadas.

RAZÕES DE VETO INTEGRAL

Consoante o disposto no Projeto de Lei em questão, pretende o Poder Legislativo Municipal priorizar a marcação de consultas à dermatologistas e oftalmologistas no âmbito do Município de Natal.

No entanto, apesar de bem intencionado, o Sistema Único de Saúde é tripartido, havendo a necessidade de tal alteração ser pactuada na Comissão Intergestora Bipartite, uma vez que a matéria é atinente ao acesso do usuário do SUS ao Sistema SISREG, sendo de



PREFEITURA DO
NATAL

CMN - PROCESSO
Nº 162/22
FOLHA: 03 de 02

competência, portanto, da Secretaria Estadual de Saúde Pública, haja vista tratar de recursos financeiros .

Deste modo, pelas razões acima expostas, Senhor Presidente e Senhores Vereadores, **VETO INTEGRALMENTE** o Projeto de Lei nº 354/2020.

Atenciosamente,

ÁLVARO COSTA DIAS

Prefeito



DESPACHO

Considerando a leitura da presente proposição de n.º 198/22 na data de hoje, encaminho os autos à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para análise e emissão de parecer no prazo de _____ dias, por se encontrar no regime de tramitação _____, nos termos do artigo 52, _____, do Regimento Interno desta casa legislativa.

Natal/RN, 07 de dezembro de 2022.

PRESIDENTE

PARECER

Após a devida análise, salvo melhor juízo, entende esta Procuradoria Legislativa que a presente proposição deve tramitar nas comissões de:

- ☒ Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final
- ☐ Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização
- ☐ Comissão de Planejamento Urbano, Meio Ambiente e Habitação
- ☐ Comissão de Saúde, Previdência e de Assistência Social
- ☐ Comissão de Defesa do Consumidor
- ☐ Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida
- ☐ Comissão de Ética Parlamentar
- ☐ Comissão de Indústria, Turismo, Comércio e Empreendedorismo
- ☐ Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Mulheres, Idosos, Trabalho e Igualdade
- ☐ Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Inovação.
- ☐ Comissão de Transportes, Legislação Participativa e Assuntos Metropolitanos
- ☐ Comissão de Desporto e Qualidade de Vida

O presente parecer é opinativo, cabendo à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final a decisão final sobre o seu trâmite, nos termos do Ato 03/17.

Natal/RN, 07 de dezembro de 2022.

LEONARDO SCHERMA NEPOMUCENO
PROCURADOR LEGISLATIVO
MAT. 5397472



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

RECEBIDO
Recebido em: 04/11/2022
Por: Aécio Tavares de Sousa
Mat. nº 04.979-4

CMN - PROCESSO
Nº 103/22
FOLHA: 05

OFÍCIO Nº 291/2022-RF

Natal, 26 de outubro de 2022.

Excelentíssimo Senhor
DOUTOR ÁLVARO DA COSTA DIAS
Prefeito da Capital
N e s t a.

Assunto: *Encaminhando a Redação Final do Projeto de Lei nº 354/2020, de autoria da Vereadora Júlia Arruda.*

Senhor Prefeito,

Cumpre-me encaminhar a Vossa Excelência a Redação Final do **Projeto de Lei nº 354/2020**, de autoria da Vereadora Júlia Arruda, aprovado em sessão plenária realizada no dia 26 de outubro deste ano, que "Dispõe sobre prioridade às pessoas com acromatose (albinismo) na marcação de consultas e no atendimento por médicos dermatologistas e oftalmologistas e dá outras providências".

Respeitosamente,

[Assinatura]
VEREADOR PAULINHO FREIRE
PRESIDENTE



CMN - PROCESSO
Nº 28/22
FOLHA: de 10

PL 354/20

AUTO: Julia Azevedo

Ofício 291/22

Palácio "FELIPE CAMARÃO" em Natal

____ de _____ de _____

PREFEITO

LEI Nº _____

Dispõe sobre prioridade às pessoas com Acromatose (albinismo) na marcação de consultas e no atendimento por médicos dermatologistas e oftalmologistas e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal do Natal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica assegurada prioridade às pessoas com Acromatose (albinismo) na marcação de consultas e no atendimento por médicos dermatologistas e oftalmologistas, no âmbito do município de Natal.

Parágrafo único. A situação estabelecida no caput deverá ser compartilhada com o tratamento prioritário garantido a idosos, gestantes, pessoas com deficiência e outros grupos beneficiados legalmente.

Art. 2º A pessoa com albinismo deve comprovar tal condição mediante apresentação de laudo médico, contendo a respectiva Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde - CID, o nome, a assinatura e o número do registro do médico no Conselho Regional de Medicina/CRM.

Art. 3º O estabelecimento de saúde privado que descumprir o instituído nesta Lei deve se submeter ao pagamento de multa, cujos valores serão definidos por decreto.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMN - PROCESSO
Nº 63/22
FOLHA: 01 de 02

Art. 4º O descumprimento desta Lei pelas unidades públicas de saúde ensejará a responsabilização administrativa de seus dirigentes, em conformidade com a legislação aplicável.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei em todos os aspectos necessários à sua efetiva aplicação.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor a partir da a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em Natal, 26 de outubro de 2022.

Paulinho Freire

- Presidente

Felipe Alves

- Primeiro Secretário

Aroldo Alves

- Segundo Secretário

Oflcio 291/220
Em 28/10/22

Projeto de Lei: 354 / 2020

Data de entrada: 5 de Novembro de 2020

Autor: Julia Arruda / *Pedro Gorki*

CMN - PROCESSO
Nº *354/22*
FOLHA: *08*

Protocolo: 2375 / 2020

menta: Dispõe sobre prioridade às pessoas com cromatose (albinismo) na marcação de consultas e no atendimento por médicos dermatologistas e oftalmologistas e dá outras providências.

Despacho Inicial:

NORMA JURIDICA



NATAL

Câmara Municipal de Natal

Estado do Rio Grande do Norte
Câmara Municipal do Natal | Palácio Padre Miguelinho
GABINETE DA VEREADORA JÚLIA ARRUDA

Vereadora
**JÚLIA
ARRUDA**

CMNat - Projeto de Lei
Número. 354/2020
Folha. 02 AM

CMN - PROCESSO
Nº 100/20
FOLHA: 09 20

PROJETO DE LEI Nº 354/2020

Dispõe sobre prioridade às pessoas com acromatose (albinismo) na marcação de consultas e no atendimento por médicos dermatologistas e oftalmologistas e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NATAL,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica assegurada prioridade às pessoas com acromatose (albinismo) na marcação de consultas e no atendimento por médicos dermatologistas e oftalmologistas, no âmbito do município de Natal.

Parágrafo único. A situação estabelecida no *caput* deverá ser compartilhada com o tratamento prioritário garantido a idosos, gestantes, pessoas com deficiência e outros grupos beneficiados legalmente.

Art. 2º. A pessoa com albinismo deve comprovar tal condição mediante apresentação de laudo médico, contendo a respectiva Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde - CID, o nome, a assinatura e o número do registro do médico no Conselho Regional de Medicina/CRM.

Art. 3º. O estabelecimento de saúde privado que descumprir o instituído nesta Lei deve se submeter ao pagamento de multa, cujos valores serão definidos por decreto.

Art. 4º. O descumprimento desta Lei pelas unidades públicas de saúde ensejará a responsabilização administrativa de seus dirigentes, em conformidade com a legislação aplicável.

Art. 5º. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei em todos os aspectos necessários à sua efetiva aplicação.

Art. 6º. Esta lei entrará em vigor a partir da a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, Palácio Padre Miguelinho, em 29 de outubro de 2020.



Júlia Arruda
Vereadora

CMN - PROCESSO
Nº 354/20
FOLHA: 10 ~~35~~



Câmara Municipal de Natal

CMN - PROCESSO
Nº 60/22
FOLHA: 11 ~~30~~

Estado do Rio Grande do Norte
Câmara Municipal do Natal | Palácio Padre Miguelinho
GABINETE DA VEREADORA JÚLIA ARRUDA

Vereadora
**JÚLIA
ARRUDA**

PROJETO DE LEI Nº ____/2020

Dispõe sobre prioridade às pessoas com acromatose (albinismo) na marcação de consultas e no atendimento por médicos dermatologistas e oftalmologistas e dá outras providências.

JUSTIFICATIVA

A acromatose, mais conhecida por albinismo, é uma doença de caráter genético, que possui como característica principal a ausência de pigmentos na pele, no cabelo e nos olhos.

A doença é associada com um número de defeitos de visão, como fotofobia, nistagmo e astigmatismo. A falta de pigmentação da pele faz com que o organismo seja mais suscetível a queimaduras solares e câncer de pele.

Mais propensas ao acometimento por doenças dermatológicas e oftalmológicas, dada à exposição natural ao sol e à luminosidade, as pessoas com albinismo não podem aguardar demasiadamente por consultas e atendimentos médicos, já que a demora provocará piora significativa nos quadros clínicos.

Desse modo, cabe ao Poder Público, adotar medidas para dar celeridade no atendimento nas especialidades clínicas que estão diretamente relacionadas à doença, o que se busca por esta proposição, cuja aprovação esperamos ocorrer de forma unânime.

Sala das Sessões, Palácio Padre Miguelinho, em 29 de outubro de 2020.

Júlia Arruda
Vereadora



Câmara Municipal de Natal
A casa do povo. A sua casa.

CMN - PROCESSO
Nº 300/20
FOLHA: 12

DESPACHO

Considerando a leitura da presente proposição de n.º _____/_____ na data de hoje, encaminho os autos à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para análise e emissão de parecer no prazo de _____ dias, por se encontrar no regime de tramitação _____, nos termos do artigo 52, _____, do Regimento Interno desta casa legislativa.

Natal/RN, 05 de Novembro de 2020.


PRESIDENTE


PARECER

Após a devida análise, salvo melhor juízo, entende esta Procuradoria Legislativa que a presente proposição deve tramitar nas comissões de:

- ☒ Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final
- ☒ Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização
- ☐ Comissão de Planejamento Urbano, Meio Ambiente, Transportes, Habitação, Legislação Participativa e Assuntos Metropolitanos
- ☒ Comissão de Saúde, Previdência e de Assistência Social
- ☐ Comissão de Defesa do Consumidor
- ☐ Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida
- ☐ Comissão de Ética Parlamentar
- ☐ Comissão de Indústria, Turismo, Comércio e Empreendedorismo
- ☒ Comissão de Direitos Humanos, Proteção das Mulheres, Idosos, Trabalho e Minorias
- ☐ Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia e Inovação.

O presente parecer é opinativo, cabendo à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final a decisão final sobre o seu trâmite, nos termos do Ato 03/17.

Natal/RN, 05 de Novembro de 2020.


PROCURADOR

PROCURADORIA LEGISLATIVA



Câmara Municipal de Natal

A casa do povo. A sua casa.

CMN - PROCESSO
Nº 123/22
FOLHA: 13 ~~20~~

PROJETO DE LEI	354/2020
AUTOR(A)	Verª. Julia Arruda
DESTINO	Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, consultando a base de dados deste Departamento Legislativo, não foi identificada a existência de proposição em tramitação ou já convertida em lei semelhante a esta nesta Casa Legislativa.

Ressalta-se que esta certidão não exclui a apreciação das Comissões Temáticas para decidir sobre a existência ou não de proposição similar, podendo incorrer no disposto no art. 59, inciso VI e VII, do regimento interno desta Casa Legislativa Municipal.

Natal, 05 de novembro de 2020.

Virgílio Macedo Neto
Assessor Técnico Legislativo
MAT.: 5406692

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA
E REDAÇÃO FINAL**
DESIGNO O VEREADOR (A) PRETO AQUINO

PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 15 (QUINZE)

DIAS
INICIANDO EM, 23/11/2020


VER^a. NINA SOUZA
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
GABINETE DO VEREADOR PRETO AQUINO
Palácio Padre Miguelinho, Rua Jundiá, 546, Petrópolis, Natal-RN

Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

PARECER

Projeto de Lei nº 354/2020

Interessado: Vereadora Julia Arruda

"dispõe sobre a prioridade as pessoas com acromatose (albinismo), na marcação de consultas e no atendimento por médicos dermatologistas e oftalmologista e da outras providencias.

É o relatório.

Visa o autor da propositura, reduzir o tempo de espera, na Rede privada e Municipal de Saúde, na marcação de consultas dermatológicas e oftalmológicas por pessoas portadoras de acromatose (albinismo).

No exercício da sua competência em legislar sob o assunto de interesse local (art. 18 da CF), o município pode, observando as normas gerais, editar regras que visem à melhoria na Saúde, conforme preceitua o art. 65, I do regimento Interno.

O projeto tem respaldo jurídico para seguir em tramitação.

A matéria de fundo versada na propositura proteção e defesa da saúde insere-se na competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal (art. 24, inciso XII, da Constituição Federal) e também dos Municípios, já que lhes é dado suplementar a legislação federal e estadual no que couber (art. 30, inciso II, da Constituição Federal).

Nesse sentido, é a lição de Fernanda Dias Menezes de Almeida, para quem:

[...] a competência conferida aos Estados para complementarem as normas gerais da União não exclui a competência do Município de fazê-lo também. Mas o Município não poderá contrariar nem as normas gerais da União, o que é óbvio, nem as normas estaduais de complementação, embora possa também detalhar estas últimas, modelando-as mais adequadamente às particularidades locais. (In, Competências na Constituição de 1988, 4ª edição, São Paulo: Atlas, p. 125.)



CMN - PROCESSO
Nº 120/11
FOLHA 28

CMNat - Projeto de Lei
Número. 354/2010
Folha. 09/10

**CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
GABINETE DO VEREADOR PRETO AQUINO**

Palácio Padre Miguelinho, Rua Jundiá, 546, Petrópolis, Natal-RN

Em outro aspecto, consoante o disposto nos artigos 30, inciso I, da Constituição Federal compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local, dispositivo com idêntica redação no artigo 5, inciso I, da Lei Orgânica Municipal.

Nesse diapasão, estando a propositura relacionada à proteção da saúde, observa-se a concretização do dever constitucional imposto ao Poder Público de proteção à saúde, insculpido no art. 140 e seguintes da Lei Orgânica do Município, in verbis:

Art. 140 A saúde é direito de todos os munícipes e dever do Poder Público, assegurada mediante políticas sociais e econômicas que visem à eliminação do risco de doenças e ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços, para a promoção, proteção e recuperação.

Art. 141 As ações e serviços de saúde do Municípios são gerenciadas por serviços próprios, criados por lei, com os recursos repassados da União, do Estado, do Orçamento próprio ou de terceiros, em serviços unificado de saúde, que constituem o Fundo Municipal de Saúde.

§ 1º Visando à satisfação do direito à saúde, garantido na Constituição Federal, o Município, no âmbito de sua competência, assegura:

I - acesso da população a todas as informações de interesse para a saúde;

II - participação de entidade especializada na elaboração de políticas, na definição de estratégias de implementação e no controle de atividades de impacto, referentes à saúde da população;

III - dignidade e qualidade de atendimento.

§ 2º As ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem o nível municipal do Sistema Único de Saúde, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - distritalização dos recursos, das técnicas e das práticas;

II - integralidade na proteção das ações de saúde adequadas às realidades epidemiológicas;

III - participação, em nível de decisão de entidades representativas dos usuários e de profissionais de saúde, na formulação, na gestão e no controle



CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
GABINETE DO VEREADOR PRETO AQUINO
Palácio Padre Miguelinho, Rua Jundiá, 546, Petrópolis, Natal-RN


da política municipal e das ações de saúde, acatando as diretrizes emanadas da Conferência Municipal de Saúde.

Vê-se que a medida ora pretendida é de indubitável interesse local de promoção à saúde, amparada pela Lei Orgânica local, Ante o exposto não havendo óbice legal ou constitucional a tramitação da presente proposição opinamos **favoravelmente** ao presente projeto de lei.

Isto posto, estando dentro da legalidade e constitucionalidade, opino favoravelmente pela aprovação desta propositura.

Natal, 25 de novembro de 2020


PRETO AQUINO
Vereador - PSD


JOÃO CLÁUDIO FERNANDES DANTAS
Advogado - OAB/RN Nº 5539



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMNat - Projeto de Lei
Número. 354/2020
Folha. 17

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

☒ PROJETO DE LEI () RESOLUÇÃO () DECRETO LEGISLATIVO
() EMENDA À L.O.M. () VETO () PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
() EMENDA () PROCESSO

Nº 354/2020.

Autor (a): Vereador (a) Julia Arruda.

Chefe do Executivo ☐

Relator (a): Vereador (a) Prato Aquino.

CMN - PROCESSO
Nº 202/22
FOLHA: 13

VOTO DO RELATOR: FAVORÁVEL.

VOTO DE DIVERGÊNCIA: _____

RESULTADO DA DIVERGÊNCIA: _____

Sala das Comissões, em 01 de DEZEMBRO de 2020.

[Assinatura]
Vereadora Nina Souza
Presidente

☒ Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

[Assinatura]
Vereador Luiz Almir
Vice-Presidente

☒ Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereadora Ana Paula
Membro

() Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Fúlvio Mafaldo
Membro

() Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

[Assinatura]
Vereador Kleber Fernandes
Membro

☒ Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

[Assinatura]
Vereador Preto Aquino
Membro

☒ Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

[Assinatura]
Vereador Sueldo Medeiros
Membro

☒ Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Legislação - Projeto de Lei
Número. 354/2020
Folha. 12

CMN - PROCESSO
Nº 100/22
FOLHA: 19

**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTOS, CONTROLE E
FISCALIZAÇÃO**

DESIGNO O VEREADOR (A) Pinto Aquino

**PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 15 (QUINZE) DIAS
INICIANDO EM, 02/12/2020**


**VER. RANIERE BARBOSA
PRESIDENTE**



CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
GABINETE DO VEREADOR PRETO AQUINO
Palácio Padre Miguelinho, Rua Jundiá, 546, Petrópolis, Natal-RN

CMNat - Projeto de Lei
Número. 354/2020
Folha. 13

CMN - PROCESSO
Nº 354/20
FOLHA: 20

PARECER

Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização

Projeto de Lei nº 354/2020

Interessado: Vereadora Julia Arruda

"dispõe sobre a prioridade as pessoas com acromatose (albinismo), na marcação de consultas e no atendimento por médicos dermatologistas e oftalmologista e da outras providencias.

Visa o autor da propositura, reduzir o tempo de espera, na Rede privada e Municipal de Saúde, na marcação de consultas dermatológicas e oftalmológicas por pessoas portadoras de acromatose (albinismo).

É o breve relatório.

Certificamos que a presente fundamentação está alicerçada nas competências desta Comissão, no que explicita o Regimento Interno desta Casa Legislativa, em seu Art. 64. Que diz

"A comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização tem as seguintes atribuições e áreas de atividades: I – aspectos financeiros e orçamentários de quaisquer proposições, quanto a compatibilidade com o Plano Plurianual de Investimentos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual e quanto a sua adequação a eles; (...)"

A matéria em tela não trará aumento nas despesas da municipalidade, assim como não descumpre a Lei de Responsabilidade Fiscal, logo não apresenta vícios legais, permitindo assim seu trâmite legal. Ante o exposto opino **favoravelmente** a matéria.

PRETO AQUINO
Vereador – PSD

Natal, 18 de dezembro de 2020.

João Claudio Fernandes Dantas
Advogado – OAB/RN Nº 5539

COMISSOES TECNICAS
Recebido em 21/12/2020



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMN - Projeto de Lei
Número: 354/2020
Folha: 21

CMN - PROCESSO
Nº 6021
FOLHA: 21

DESPACHO

Designo o(a) vereador(a) Prato Aquino para nos termos do artigo 50 e seguintes e artigo 157 do Regimento Interno, emitir parecer á presente proposição legislativa.
Natal, RN 04/12/2020.

Ver. Raniere Barbosa
Presidente

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

- (X) PROJETO DE LEI () RESOLUÇÃO () DECRETO LEGISLATIVO
() EMENDA À L.O.M. () VETO () PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
() EMENDA

Nº 354/2020.

Autor: Vereador(a) Julio Brandão.

() Chefe do Executivo

Relator: Vereador(a) Prato Aquino.

VOTO DO RELATOR: Favorável

Sala das Comissões, em 04 de abril de 2021.

Vereador Raniere Barbosa
Presidente

- (X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Ver. Nivaldo Bacurau
Vice-Presidente

- (X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Robson Carvalho
Membro

- (X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Anderson Lopes
Membro

- (X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Robério Paulino
Membro

- () Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

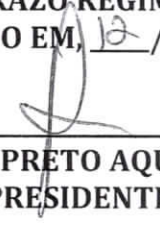
Câmara - Projeto de Lei
Número: 354/2020
Folha: 15

CMN - PROCESSO
Nº 100/22
FOLHA: 22

COMISSÃO DE SAÚDE, PREVIDÊNCIA E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DESIGNO O VEREADOR (A) GEORGE PEIXOTO

PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 15 (QUINZE) DIAS
INICIANDO EM 12/09/22


VER. PRETO AQUINO
PRESIDENTE

COMISSÃO DE SAÚDE, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

PARECER JURÍDICO

Projeto de Lei nº 354/2020

Autoria: **Vereadora Julia Arruda**

Ementa: Dispõe sobre a prioridade as pessoas com acromatose (albinismo), na marcação de consultas e no atendimento por médicos dermatologistas e oftalmologistas e dá outras providências..

COMISSOES TECNICAS
Recebido em, 07/06/2021

O Projeto de Lei em comento tem previsão de tramitação ordinária, nos termos do Art. 52, Inciso II, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, cuja finalidade está acima delineada.

Teve sua proposição, de forma regular, em 05 de novembro de 2020, juntamente com a respectiva justificativa, conforme se observa dos documentos acostados.

A presente proposição foi apreciada pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, sob relatoria do Vereador Preto Aquino, o qual “opina favoravelmente pela aprovação da propositura”, em 25 de novembro de 2020, sendo acompanhado pelos demais membros da referida Comissão, em 01 de dezembro de 2021.

No mesmo desiderato, a Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização, através do relatório do Vereador Preto Aquino, que exarou, em 18 de dezembro de 2020 “*opina favoravelmente à matéria*”.

Após o trâmite pelas Comissões citadas alhures, em 13 de abril de 2021, a presente proposição foi distribuída a esta Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social e este edil foi designado Relator para emitir parecer, visto tratar de matéria de saúde pública, atribuição desta Comissão, conforme insculpido no Art. 65, I, a) do Regimento Interno desta Câmara Municipal de Natal.

É o relatório.

Passo a analisar.

A acromatose (albinismo) é um distúrbio congênito caracterizado pela ausência completa ou parcial de pigmento na pele, cabelos e olhos, devido a não existência ou defeito de uma enzima envolvida na produção de melanina. A doença é associada a problemas de visão como fotofobia e astigmatismo, além de maior propensão à queimaduras solares e câncer de pele.

Por consequência, as pessoas com tal patologia estão mais propensas a serem acometidas por doenças dermatológicas e oftalmológicas, dada a exposição natural ao sol e à luminosidade, o que afeta diretamente em sua integridade física.

Neste sentido, cabe ao Poder Público, em respeito ao direito a vida e a saúde, adotar medidas para dar celeridade no atendimento nas especialidades clínicas que estão diretamente relacionadas à doença.

Por todo o exposto, comprovada a relevância da presente proposição, pois irá permitir que as pessoas portadoras da referida patologia, possa ter acesso prioritário as consultas de médicos especialistas, o que irá propiciar um melhor e oportuno tratamento afim de diminuir as sequelas da referida patologia e, por consequência, conceder melhores condições de saúde e vida a todas pessoas que terão reconhecidos os seus direitos.

Quanto ao aspecto formal, a Constituição Federal, em seu Art 30, I, respalda a competência dos municípios para legislar sobre matérias de interesse local, como é o caso da presente proposição.

Da mesma forma, a presente proposição coaduna-se com o prescrito na Lei Orgânica do Município de Natal (Art 39, § 1º), vez que não cria despesas ou mesmo órgãos ou cargos públicos.

Diante de todo o exposto e, considerando os pareceres da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e da Comissão de Planejamento Urbano, Meio Ambiente, Transporte e Habitação, opinamos **FAVORAVELMENTE** pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 354/2020, de autoria da Vereadora Julia Arruda.


Submeto o presente Parecer a apreciação dos demais membros da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2021.

CMN - PROCESSO
Nº 126/22
FOLHA: 25



GEOVANE PEIXOTO
Vereador Relator



ANDERSON ROGÉRIO BORGES DOS SANTOS
Advogado – OAB RN 14.535

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, PROTEÇÃO DAS
MULHERES, DOS IDOSOS, TRABALHO E IGUALDADE**

DESIGNO O VEREADOR (A) José Paulo

PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 15 (QUINZE) DIAS
INICIANDO EM, 24/06/22

~~VER^a. MARIA DIVANEIDE~~
PRESIDENTE



Câmara Municipal do Natal
Gabinete da Vereadora Ana Paula
Rua Jundiá, 546, Tirol | Tel. (84) 3232.8828

CMN - PROCESSO
Nº 12/22
FOLHA: 21 2

PARECER
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, PROTEÇÃO DAS MULHERES, DOS
IDOSOS, TRABALHOS E IGUALDADE.

Parecer ao projeto de Lei nº 354/2020, de autoria da vereadora Júlia Arruda, que "Dispõe sobre prioridade às pessoas com acromatose (albinismo) na marcação de consultas e no atendimento por médicos dermatologistas e oftalmologistas e dá outras providências."

A matéria trata do Projeto de Lei nº 354/2020 de autoria da Vereadora Júlia Arruda que "Dispõe sobre prioridade às pessoas com acromatose (albinismo) na marcação de consultas e no atendimento por médicos dermatologistas e oftalmologistas e dá outras providências."

O referido Projeto foi encaminhado a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, para apreciação dos aspectos constitucionais, legais, regimentais e jurídicos, conforme prescreve o art. 62 do Regimento Interno da Câmara Municipal do Natal.

COMISSÕES TÉCNICAS
RECEBIDO

Em 13/09/2021

A matéria tratada no presente Projeto de Lei, visa dar prioridade nas marcações de consultas e no atendimento por médicos dermatologistas e oftalmologistas as pessoas com acromatose, que devem comprovar tal condição mediante apresentação de laudo médico contendo a respectiva Classificação Internacional de Doenças (CID), a assinatura e o carimbo com o número do registro do médico competente no Conselho Regional de Medicina.

Tal preposição, se discute em boa hora, visto que, as pessoas portadoras de albinismo estão propensas a serem acometidas por doenças



Câmara Municipal do Natal
Gabinete da Vereadora Ana Paula
Rua Jundiá, 546, Tirol | Tel. (84) 3232.8828

dermatológicas e oftalmológicas com mais facilidade, dada a exposição natural ao sol e à luminosidade, o que afeta diretamente sua integridade física.

Desse modo, o albinismo além de causar problemas na pele em razão da ausência de melanina, costuma também a levar o surgimento de sinais e sintomas diretamente relacionados à visão, como o movimento rápido e involuntário dos olhos, miopia, visão turva, hipermetopia, dentre outras, e muitas vezes pode até mesmo levar à cegueira.

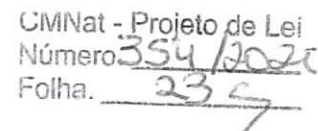
Assim, considerando os critérios que cabem a esta Comissão analisar, a justificativa apresentada, verifico que o presente projeto de lei não viola preceito normativo, revestindo-se assim, de legalidade.

Pelo exposto, é o presente parecer **FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei nº 354/2020 de autoria da Vereadora Júlia Arruda.

Natal, 13 de Setembro de 2021.


Ana Paula
Vereadora/Relatora

CMN - PROCESSO
Nº 354/21
FOLHA: 22 2



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMN - PROCESSO
Nº 6082
FOLHA: 30

Designo o(a) vereador(a) João Paulo para nos termos do artigo 50 e seguintes e artigo 157 do Regimento Interno, emitir parecer á presente proposição legislativa.

Natal, RN 24/06/21.

Ver^a. Divaneide Basílio
Presidente

PARECER DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, PROTEÇÃO DAS MULHERES, DOS IDOSOS, TRABALHO E IGUALDADE.

[illegible]

Nº 354 poz. 2020.

Autor: Vereador(a) Julio Brudo (Pede)

Chefe do Executivo ()

Relator: Vereador(a) Uma Paula.

VOTO DO RELATOR:

Sala das Comissões, em 16 de Setembro de 2021.

Vereadora Divaneide Basílio
Presidente

☒ Favorável ao Parecer
☐ Contrário ao Parecer
☐ Abstenção

Vereadora Ana Paula
Vice-Presidente

(☒) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereadora Brisa Bracchi
Membro

() Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Herbeth Sena
Membro

() Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Pedro Gorki
Membro

(X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção



Câmara Municipal de Natal

A casa do povo. A sua casa.

CMN - PROJETO DE LEI
Número: 354/2020
Folhas: 249

CMN - PROCESSO
Nº 100/21
FOLHA: 31

Projeto de Lei: Nº 354/2020

Autor(a): Ver.^a Júlia Arruda/Pedro Gorki.

DESPACHO

Encaminho os autos ao Departamento Legislativo, informando que o mesmo teve seu **fim de Trâmite**, estando apto ao plenário.

Natal, 17 de setembro de 2021.

Dival da Silveira
Assessor Técnico Legislativo
Mat. 5409950



CMN - PROCESSO
Nº 128/22
FOLHA: 3230

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
MESA DIRETORA

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, na data de hoje, a presente proposição foi apreciada em Plenário, obtendo o seguinte resultado:

Proposição:

- | | |
|-----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> Projeto de Lei 354/20 | <input type="checkbox"/> Projeto de Emenda à Lei Orgânica |
| <input type="checkbox"/> Projeto de Lei Complementar | <input type="checkbox"/> Processo |
| <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução | <input type="checkbox"/> Emenda |
| <input type="checkbox"/> Projeto de Decreto Legislativo | <input type="checkbox"/> Outro: _____ |

Resultado da Votação:

- | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Aprovado em 1ª Discussão | <input type="checkbox"/> Aprovado o Parecer da CCJ |
| <input type="checkbox"/> Aprovado em 2ª Discussão | <input type="checkbox"/> Rejeitado o Parecer da CCJ |
| <input type="checkbox"/> Aprovado em Votação Única | <input type="checkbox"/> Mantido o Veto |
| <input type="checkbox"/> Aprovado em Regime de Urgência –
Dispensa de Interstício | <input type="checkbox"/> Rejeitado o Veto |
| | <input type="checkbox"/> Retirado <input type="checkbox"/> Adiado <input type="checkbox"/> Prejudicado |

OBS:

Rejeitado a pedido do Autor.

Quórum:

- ☐ Maioria Simples ☐ Maioria Absoluta ☐ Maioria Qualificada ☐ Unânime

Natal, 06 de Abril de 2022

Presidente



CMN - PROCESSO
Nº 108/22
FOLHA: 33 28

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
MESA DIRETORA

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, na data de hoje, a presente proposição foi apreciada em Plenário, obtendo o seguinte resultado:

Proposição:

- | | |
|---------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Projeto de Lei | <input type="checkbox"/> Projeto de Emenda à Lei Orgânica |
| <input type="checkbox"/> Projeto de Lei Complementar | <input type="checkbox"/> Processo |
| <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução | <input type="checkbox"/> Emenda |
| <input type="checkbox"/> Projeto de Decreto Legislativo | <input type="checkbox"/> Outro: _____ |

Resultado da Votação:

- | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Aprovado em 1ª Discussão | <input type="checkbox"/> Aprovado o Parecer da CCJ |
| <input type="checkbox"/> Aprovado em 2ª Discussão | <input type="checkbox"/> Rejeitado o Parecer da CCJ |
| <input type="checkbox"/> Aprovado em Votação Única | <input type="checkbox"/> Mantido o Veto |
| <input type="checkbox"/> Aprovado em Regime de Urgência –
Dispensa de Interstício | <input type="checkbox"/> Rejeitado o Veto |
| | <input type="checkbox"/> Retirado <input type="checkbox"/> Adiado <input type="checkbox"/> Prejudicado |

OBS:

Retirado Pedido da Autora

Quórum:

*Ver. Sylvia Arruda
para prox. semana*

- ☐ Maioria Simples ☐ Maioria Absoluta ☐ Maioria Qualificada ☐ Unânime

Natal, 07 de abril de 2022

[Assinatura]
Presidente



CMN - PROCESSO
Nº 100/22
FOLHA: 32 de 39

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
MESA DIRETORA

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, na data de hoje, a presente proposição foi apreciada em Plenário, obtendo o seguinte resultado:

Proposição:

- ☒ Projeto de Lei 354/2020
☐ Projeto de Lei Complementar
☐ Projeto de Resolução
☐ Projeto de Decreto Legislativo
☐ Projeto de Emenda à Lei Orgânica
☐ Processo
☐ Emenda
☐ Outro: _____

Resultado da Votação:

- ☒ Aprovado em 1ª Discussão
☐ Aprovado em 2ª Discussão
☐ Aprovado em Votação Única
☐ Aprovado em Regime de Urgência –
Dispensa de Interstício
☐ Aprovado o Parecer da CCJ
☐ Rejeitado o Parecer da CCJ
☐ Mantido o Veto
☐ Rejeitado o Veto
☐ Retirado ☐ Adiado ☐ Prejudicado

OBS:

Quórum:

- ☐ Maioria Simples ☐ Maioria Absoluta ☐ Maioria Qualificada ☐ Unânime

Natal, 11 de OUTUBRO de 2022.



CMN - PROCESSO
Nº 100/22
FOLHA: 33 24

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
MESA DIRETORA

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, na data de hoje, a presente proposição foi apreciada em Plenário, obtendo o seguinte resultado:

Proposição:

- ☒ Projeto de Lei 354/20
☐ Projeto de Lei Complementar
☐ Projeto de Resolução
☐ Projeto de Decreto Legislativo
☐ Projeto de Emenda à Lei Orgânica
☐ Processo
☐ Emenda
☐ Outro: _____

Resultado da Votação:

- ☐ Aprovado em 1ª Discussão
☐ Aprovado em 2ª Discussão
☐ Aprovado em Votação Única
☐ Aprovado em Regime de Urgência –
Dispensa de Interstício
☐ Aprovado o Parecer da CCJ
☐ Rejeitado o Parecer da CCJ
☐ Mantido o Veto
☐ Rejeitado o Veto
☒ Retirado ☐ Adiado ☐ Prejudicado

OBS:

Retirado por duas sessões a pedido do autor.

Quórum:

- ☐ Maioria Simples ☐ Maioria Absoluta ☐ Maioria Qualificada ☐ Unânime

Natal, 13 de Outubro de 2022.



Nº 102/22
FOLHA: 30 30

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
MESA DIRETORA

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, na data de hoje, a presente proposição foi apreciada em Plenário, obtendo o seguinte resultado:

Proposição:

- ☐ Projeto de Lei *354/2020* ☐ Projeto de Emenda à Lei Orgânica
☐ Projeto de Lei Complementar ☐ Processo
☐ Projeto de Resolução ☐ Emenda
☐ Projeto de Decreto Legislativo ☐ Outro: _____

Resultado da Votação:

- ☐ Aprovado em 1ª Discussão ☐ Rejeitado o Parecer da CCJ
☒ Aprovado em 2ª Discussão ☐ Mantido o Veto
☐ Aprovado em Votação Única ☐ Rejeitado o Veto
☐ Aprovado em Regime de Urgência – ☐ Retirado ☐ Adiado ☐ Prejudicado
Dispensa de Interstício

☐ Aprovado o Parecer da CCJ

OBS:

Quórum:

- ☐ Maioria Simples ☐ Maioria Absoluta ☐ Maioria Qualificada ☒ Unânime

Natal, 26 de outubro de 2022.

Presidente